



DL-01

Ses. Esp. 07/08/08

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com a finalidade de fazer a entrega do Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao ex-deputado, ex-governador, ex-consultor-geral da República e ex-ministro de Estado Francisco Waldir Pires Pires de Souza.

Para compor a Mesa, convido a proponente desta sessão, deputada Marizete Pereira;o Exmº Sr. Comandante do 2º Distrito Naval, vice-almirante Arnon Lima Barbosa; a Sr. Drª Mariana Soares, representante do ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Dr. Jorge Hage Sobrinho, o Exmº Sr. Ex-Governador do Estado da Bahia, o professor-doutor Roberto Santos; o Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr, Livaldo Britto; o Exmº Sr. Procurador-Geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz; o Exmº Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, conselheiro Filemon Matos; a Exmª Srª Defensora Pública Teresa Cristina Almeida; o Sr. Presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi; o Sr. Presidente da Associação Baiana de Imprensa, Samuel Celestino. (Palmas)

Designo, para conduzir a este recinto o Sr. Waldir Pires e o Sr. Governador Jaques Wagner, a comissão composta pelos Srs. Deputados Álvaro Gomes, do PCdoB; Capitão Tadeu, do PSB; Edson Pimenta, do PCdoB; Ferreira Ottomar, do PMDB; Gilberto Brito, do PR; Gildásio Penedo Filho, do DEM; Neusa Cadore, do PT; Reinaldo Braga, do PSL; e Yulo Oiticica, do PT.

Registro as presenças dos deputados federais Lídice da Mata, Daniel Almeida, Nelson Pelegrino e Walter Pinheiro.

(Pausa)

(O Sr. Waldir Pires adentra o Plenário conduzido pela comissão designada.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Registro as presenças da desembargadora Adna Aguiar e do desembargador Esequias, ambos do Tribunal Regional do Trabalho.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Convido os Srs. Presentes para ouvirmos o Hino Nacional, executado pelo sargento Ranier, flautista da Polícia Militar da Bahia.

(Execução do Hino Nacional.)

(Palmas)



4718-II

Ses. Esp. 07/08/08

Or. Marizete Pereira

Título de cidadão benemérito da liberdade e da Justiça social João Mangabeira ao Sr. Francisco Waldir Pires de Souza, proposta pela dep. Marizete Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra à deputada Marizete Pereira, autora desta proposição, para fazer a saudação ao homenageado.

A Sr^a MARIZETE PEREIRA:- Exm^o Sr. Governador do Estado Jaques Wagner, Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, Exm^o Sr. Comandante do II Distrito Naval, Vice-Almirante Arnon Lima, Sr^a Dr^a Mariana Soares, representante do Ministro de Estado da Controladoria Geral da União Dr. Jorge Hage, Exm^o Sr. Ex-Governador do Estado Dr. Roberto Santos, Exm^o Sr. Procurador-Geral da Justiça, Dr. Lidivaldo Brito; Exm^o Sr. Procurador-Geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, Exm^o Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Filemon Matos, Exm^a Sr^a Defensora Pública Geral, Dr^a Tereza Cristina Almeida, Exm^o Sr. Presidente da Infraero, Dr. Sérgio Gaudenzi, Sr. Presidente da Associação Baiana de Imprensa, Samuel Celestino, Exm^o Sr. Ex-Deputado, Ex-Governador do Estado da Bahia, Ex-Consultor-Geral da República e Ex-Ministro de Estado, nosso homenageado de hoje, Dr. Francisco Waldir Pires de Souza, colegas deputados estaduais, deputados federais, autoridades aqui presentes, meus senhores e minhas senhoras:

(Lê): Poucos são os homens que chegam ao outono da vida reunido em sua biografia qualidades tão marcantes e positivas como o nosso homenageado de hoje, o amigo Francisco Waldir Pires de Souza. Bom baiano, em quase 82 anos de vida o Dr. Waldir permanece inatacável em sua honra, inabalável nas suas crenças, incansável na sua luta pela liberdade e pela justiça social.

Sua admiradora que sou, sinto-me muito honrada por ter sido a autora da resolução que concede o título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João



Mangabeira, ao ex- governador, deputado, consultor geral da República e Ministro de Estado Waldir Pires.

E é nessa honrosa posição que cabe-me a responsabilidade de proferir algumas palavras, em justificativa ao título que lhe é concedido, apenas para seguir o protocolo, embora saibamos que não há necessidade de justificativa. Todo o nosso povo sabe quem é o Dr. Waldir, conhece-lhe as virtudes e lhe reverencia como um dos mais ilustres filhos da Bahia. Francisco Waldir Pires de Souza nasceu em 21 de outubro de 1926, na cidade de Acajutiba. Aos 16 anos mudou-se para Salvador, onde iniciou sua vida política no movimento estudantil.

Foi orador da turma de formandos em Direito de 1949. Por suas qualidades de brilhante orador, chamou a atenção da platéia que lotava as dependências do Fórum Ruy Barbosa. Entre os presentes, o governador Octávio Mangabeira, Antonio Balbino e Régis Pacheco. Eleito para o governo do Estado em 1950, Regis Pacheco havia guardado a boa impressão do orador e, por indicação de Balbino, convidou Waldir Pires, então com apenas 23 anos de idade, para ser secretário de Estado, encarregado de cuidar das relações civis.

No governo, demonstrou suas qualificações como homem público. Com cordialidade, exercia a alta política, coordenando as relações do governador com seus secretários. Ao fim do governo, com o distanciamento entre Antônio Balbino e Régis Pacheco, ficou ao lado de Balbino, líder do PSD que o indicara ao cargo, num gesto que demonstrava a sua coerência.

Em 1954, Waldir se elegeu deputado estadual.

Tornou-se peça-chave, ao lado do amigo e companheiro Raimundo Reis, na sustentação do governo de Antônio Balbino. Era o início de sua vida parlamentar.

Já em 1958, Waldir Pires venceu a eleição para deputado federal e se credenciou como candidato ao governo do Estado, em 1962.

Por muitos motivos, 1962 foi um ano de divisões e escolhas.

Agravava-se a crise política nacional, após a renúncia de Jânio Quadros e a posse do vice, João Goulart. O País caiu numa rápida e tumultuosa experiência parlamentarista.



Na Bahia, as disputas se afunilaram em dois nomes na sucessão estadual: Lomanto Júnior do PTB e Waldir Pires, PSD. Waldir representava a ascensão do eleitorado urbano de esquerda. Porém a força de Lomanto, no interior, fez com que este vencesse o pleito de 1962, com uma vantagem de 3% dos votos. Mas o político pessedista se afirmou como jovem liderança, ligada às reformas de base propostas pelo presidente Jango.

Em 1963, o presidente o convidou para o cargo de Consultor Geral da República, onde ajudou a elaborar a Lei de Remessa de Lucros e Dividendos e a lei de Reforma Agrária, entre outros importantes marcos jurídicos do país. Nesse período, atuava também como professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília.

Com o golpe de 1964, uniu-se ao amigo e então chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro, para afirmar a legitimidade do presidente João Goulart, que já se encontrava a caminho do exílio no Uruguai. Junto com Darcy, participou de transmissões radiofônicas pedindo a resistência do povo brasileiro à investida de forças militares reacionárias.

A História mostra que seus esforços não obtiveram êxito. Porém Darcy e Waldir, num gesto a não ser esquecido, foram os últimos a deixarem o Palácio do Planalto. Resistiram quando ainda havia os mais remotos sinais de resistência.

Num monomotor cedido pelo deputado Rubens Paiva, Waldir Pires partiu para o exílio no Uruguai. De lá seguiu para a França, onde amargou o afastamento do País e a derrota provisória de seus sonhos. Foi cassado na primeira lista dos militares. Em Paris, contou com o apoio do economista Celso Furtado e voltou a exercer o ofício de professor de Direito.

Na década de 1970, retornou ao Brasil. Entretanto, não podia retomar as atividades políticas, nem tinha a segurança de voltar a morar na Bahia. Assim que foi iniciado o processo de abertura política, Waldir, filiado ao MDB, muito contribuiu para a redemocratização do País.

Em 1985, foi nomeado ministro da Previdência por Tancredo Neves, falecido antes de assumir o cargo. Waldir zerou as contas da Previdência e teve um desempenho elogiado pela imprensa nacional.



O ano de 1986 marca o seu reencontro com a vitória: foi eleito governador da Bahia com uma frente de 1 milhão e 500 mil votos sobre Josaphat Marinho, candidato de Antonio Carlos Magalhães. A vitória de Waldir representou a entrada da Bahia no espírito democrático.

Em 1989, disputou a convenção nacional do PMDB para ser candidato à presidência da República. Perdeu para Ulysses Guimarães. Adiante, firmaram uma aliança e Waldir foi o vice da chapa de Ulysses à presidência.

No entanto, foi eleito presidente Fernando Collor de Mello, afastado do Planalto, por corrupção, em 1992.

Em 1990, Waldir se credenciou novamente ao Congresso, desta vez no PDT de Leonel Brizola. A partir de meados dos anos 90, inicia uma aproximação com o programa político do PT. Em 1994, já apoiara a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência e, em 1998, se filiou ao Partido dos Trabalhadores. No Congresso, fez oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2002, com a vitória de Lula, foi convidado para a Controladoria Geral da União, onde realizou um trabalho inédito de fiscalização da aplicação das verbas federais. Com a ampliação do quadro de auditores, a defesa da transparência na máquina pública ganhou força, resistindo às pressões de grupos políticos interessados na preservação de métodos patrimonialistas.

A atuação da CGU se fez notar em investigações exemplares, como a da máfia das ambulâncias, em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público. Na Internet criou o Portal da Transparência, onde o cidadão pode acompanhar e fiscalizar os gastos públicos. Por causa da excelência de seu desempenho na CGU, o presidente Lula o convidou, em 2006, para o Ministério da Defesa, após o afastamento do vice-presidente José Alencar. Ali ele encontrou uma crise do setor aéreo.

O relato da trajetória de Waldir Pires não estaria completo sem uma referência a dona Yolanda, falecida em 2005 e com quem esteve casado por 54 anos.



Acompanhando e apoiando o marido em todos os episódios da sua movimentada vida, Yolanda Avena Pires soube aliar com sabedoria e doçura, as funções de esposa, mãe, mulher, militante dos direitos humanos, política, escritora.

Yolanda Pires esteve ao lado de Waldir e dos filhos durante os longos anos do exílio. Sua enorme força e determinação conferiram-lhe luz própria. Companheira de toda uma vida, dona Yolanda foi uma mulher extraordinária, além do seu tempo.

A vida de Waldir Pires encerra todos os argumentos para a concessão da medalha João Mangabeira. De sua defesa incessante da democracia, do estado de Direito, ao compromisso com as transformações sociais do Brasil.

E esta homenagem ainda o vincula a João Mangabeira, líder socialista brasileiro, que tem em comum com Waldir o idêntico idealismo, o ânimo de lutar, sem descanso, pela construção de um país sem injustiças - sociais, políticas e humanas.

Parabéns Waldir Pires. A sua vida é exemplar para todos nós que cultivamos o ideal de uma sociedade justa e próspera. Por sua contribuição para o aprimoramento da democracia, por seu exemplo de força, honradez e perseverança, nós todos lhe agradecemos.” (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-02****Ses. Ord.07/08/08**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Gostaria de registrar as seguintes presenças nesta sessão: Edivaldo Boaventura – professore ex-secretário; Sílvio Simões – jornalista; coronel Péricles de Oliveira, representando o comandante-geral da Polícia Militar; Emiliano José -ex-deputado; Oldack Miranda – da Desenhahia; Jorge Medauar- ex-deputado federal;Luiz Leal – ex-deputado estadual; Celso Dourado – ex-deputado federal;Fernando Wilson – ex-prefeito e ex-deputado;os secretários do Estado Afonso Florense,Carlos Martins, Rui Costa, Rafael Amoedo, Robson Almeida, Domingos Leonelli, o chefe de gabinete Fernando Schimidt; Jonas Paulo – presidente do Partido dos Trabalhadores;Zilton Rocha – conselheiro do TCE; Gerbaldo Avena – ex-deputado;o pastor Djalma Torres da Igreja Batista de Nazaré;Paulo Fábio – cientista político;Antônio Carlos Barreto – ex- secretário do governo Waldir Pires;Antônio Guerra Lima – ex-procurador-geral; Edival Passos – superintendente do Sebrae; Ricardo Lúcio – jornalista;Otávio Henrique Bahia;Bruno Godinho-procurador-chefe da União na Bahia;. Jones Carvalho – auditor-geral do Estado; Eduardo Moraes de Castro-presidente da Associação Comercial da Bahia; Antônio Luís Calmon Teixeira – presidente do Instituto dos Advogados da Bahia; Ricardo Guedes -diretor-presidente do Abrigo Salvador; Wânia Galvão - vereadora de Salvador e presidente do Partido dos Trabalhadores em Salvador e o ex-deputado Gerbaldo Avena, cunhado do homenageado.

Gostaria de convidar o filho do homenageado, Francisco Pires, o governador Jaques Wagner e o ex-deputado Emiliano José e Marizete Pereira para, juntos, entregarmos o título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao cidadão Francisco Waldir Pires de Souza, uma concessão da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

(A deputada Marizete Pereira entrega o título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça João Mangabeira ao Senhor Francisco Waldir Pires de Souza.) (Palmas.)



4719-II

Ses. Esp. 07/08/08

Or. Francisco Waldir Pires de Souza

Título de cidadão benemérito da liberdade e da Justiça social João Mangabeira ao Sr. Francisco Waldir Pires de Souza, proposta pela dep. Marizete Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho a satisfação de passar a palavra ao homenageado, o ex-governador Waldir Pires.(Palmas.)

O Sr. FRANCISCO WALDIR PIRES DE SOUZA:- Eu temi que olhando vocês e os reencontrando não pudesse falar. Eu escrevi para não fazer uma coisa feia mas, seguramente, aqui, nesta hora, estaria Yolanda (palmas.), a mulher da minha vida, que costumo dizer que foi minha sorte grande de todos os tempos, de todos os encontros, de todas as alegrias, de todas as angústias, de todos os sofrimentos, seguramente ela está aqui conosco.

Meu querido companheiro, meu querido amigo governador Jaques Wagner, que em meu juízo retoma uma caminhada da Bahia, os compromissos, a idéia básica de uma transformação profunda na vida do nosso povo. Os tempos que se anunciam, difíceis mas promissores, leais, há uma concepção da sociedade e da vida.

Quero cumprimentar meu caro amigo, companheiro de trabalho, presidente desta Casa, Dr. Marcelo Nilo.

Essa mulher, política inteligente e admirável que conheço de longos tempos, deputada Marizete Pereira, quero cumprimentá-la pela generosidade dessa iniciativa e pela alegria desse reencontro.

Quero cumprimentar o comandante do 2º Distrito Naval, Almirante Arnon Lima Barbosa, que foi meu contemporâneo e meu companheiro de trabalho no Ministério da Defesa num dos instantes importantes da minha vida.

Recordo-me quando, de maneira surpreendente para mim que nada sabia, recebi a comunicação de que o presidente da República, presidente Lula, queria falar comigo naquele dia, que era um dia que eu nem identificava a data e que tinha certos simbolismos com a



natureza da minha vida, para convidar-me para ser Ministro da Defesa. E eu ainda lhe indaguei, assim perplexo: mas, presidente, Ministro da Defesa? (risos) – E ele disse: é Waldir, eu preciso fazer a desincompatibilização do vice-presidente, José Alencar, e peço-lhe que assuma o Ministério da Defesa. E eu lhe disse: presidente, o senhor sabe que estou as suas ordens, que eu acredito na sua destinação, nas mudanças profundas do comportamento do Brasil no mundo e com a humanidade brasileira,(...) um pouco até, uma lembrança que me havia ficado na cabeça, em um comício do Lula em Ibotirama, em 1994. A rigor eu acompanho o presidente Lula desde 1989, vou fazer no próximo ano 20 anos. No segundo turno eu o apoiei, já com resistências surpreendentes, mas apoiamos. Apoiamos e a Bahia rachou ao meio, apesar das forças todas mobilizadas, mas praticamente empatamos a eleição no segundo turno na Bahia.

Em 1994 eu lhe dizia na praça pública, em Ibotirama: eu antevejo, veio-me na hora, no calor do discurso, no calor das confianças – eu antevejo um presidente da República do Brasil não mais nas posições submissas ou complacentes com lideranças internacionais, quaisquer que fossem elas, mas antevejo o presidente do Brasil sentado na mesa das grandes decisões do mundo, ao lado dos presidentes dos Estados Unidos, da França, do chefe dos governos da Inglaterra, do Japão, do mundo, definindo e ajudando a classificar as prioridades que se deveria adotar para que a civilização humana pudesse ser disciplinada para o bem, para a vida, para a dignidade das pessoas, para a paz.

De forma que eu lhe disse: “-Presidente, eu estou às suas ordens, e o senhor sabe o que eu penso sobre isso, o que eu penso sobre o fortalecimento do Brasil e o que este País representa no mundo de hoje e os perigos pelos quais ele passa, na medida em que cada vez mais vai se transformando numa Nação de liderança inequívoca. Está bem, presidente, eu vou ser o seu ministro da Defesa, eu só quero que o senhor me tranquilize em relação a essa obra extraordinária, que é a Controladoria-Geral da União, que nunca existiu, que nós fundamos, que é uma lei dele, de maio de 2003, que estabelece a concepção articulada, para resultar no que resultou, no que está aí de transparência, de abertura completa, dando-nos, como nós



temos hoje, uma posição ímpar no mundo, a ponto de receber das Nações Unidas o sinal de que o Brasil é exemplar e referência nos mecanismos de combate aos desvios do dinheiro público.

Assim convivi, com muita cordialidade e com muito apreço, no Ministério da Defesa, fazendo nele muitos amigos. Quero cumprimentar Mariana, essa minha companheira de trabalho, baiana da melhor estirpe. Aliás, todos lá eram baianos, Jorge Hagge baiano, Luiz Navarro baiano, Mariana baiana, Ricardo baiano, uma série de outros, uma equipe. Quero cumprimentá-la, Mariana, e transmita a Jorge os meus agradecimentos, a figura inteligente e honrada de Jorge Hagge.

Quero cumprimentar meu querido amigo governador Roberto Santos e me lembrar dos nossos tempos primeiros. Logo depois da anistia eu voltei, voltei imediatamente para viver na Bahia e para construirmos aqui os passos que significassem uma abertura de um novo horizonte para o nosso povo sofrido, injustiçado.

Quero cumprimentar o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Livaldo Britto, o Procurador-geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, conselheiro Filemon Matos, meu companheiro daquelas saídas aventureiras, e muitas vezes nós chegávamos na beira dos primeiros municípios para tentar organizar uma meia dúzia de pessoas que pudessem - quem sabe? - compor a comissão provisória do MDB.

Nós íamos para a praça pública. A técnica era uma técnica de menino quando, em Amargosa, eu acompanhava a chegada dos circos e o anúncio dos palhaços nos circos. Todos nós saíamos, aquela molecada toda saía acompanhando-os para gritar “Hoje é dia de circo, sim senhor!”, etc. Parávamos no primeiro botequim para saber qual seria a primeira praça. Eram muitos anos já de exílio e de tempo não vigido. Nem sabia quem se lembrava de mim ou não. Armávamos um alto-falante, em cima de uma *kombi*, e ali começávamos a conversar com a população. Às vezes falávamos para três, quatro pessoas, outras vezes apenas um cachorro nos escutava. Foi assim que iniciamos. Filemon era um companheiro dessa época, Domingos Leonelli também, está aqui.



Quero cumprimentar a defensora pública geral, Tereza Cristina Almeida, cumprimentar esse velho amigo, Sérgio Gaudenzi, meu companheiro desses tempos da organização do primeiro comitê do Clube da Bolacha, da Av. Manoel Dias, e que depois me deu a honra de ser meu secretário executivo. Naquele tempo chamava-se secretário geral do Ministério da Fazenda. Ele nos ajudou a fazer o que fizemos: quebrar uma expectativa de mais de 15 anos de déficits e zerar o déficit da Previdência. Ampliamos enormemente todo o benefício voltado para as grandes parcelas da população.

Cumprimento também o presidente da Associação Baiana de Imprensa, Samuel Celestino, cumprimento um companheiro também daquela fase do Ministério da Previdência, companheiro dessas lutas iniciais, ele está muito jovem... Naquele tempo eu tinha uns quarenta e tantos anos, perto de cinqüenta; ele era menino, garoto, prestou-nos um serviço extraordinário no controle financeiro da Previdência na Bahia, Sílvio Simões, que vejo aqui. São tantos companheiros que fico com receio de omitir algum. Abraço vocês todos.

Escrevi o discurso. Acho que teria de fazê-lo senão não havia como ser digno dessa iniciativa de Marizete. (Lê) “Volto, hoje, aqui, a esta Casa, muito sensibilizado e vivendo, intimamente, um painel de reminiscências que me abraçam e me provocam forte e aguda emoção, da qualidade dessas que a gente imagina que somente consegue vivê-la nos tempos da juventude.

Ela vem carregada de lembranças das lutas travadas, dos sonhos que as inspiram, das expectativas alimentadas de compromissos audaciosos, necessários e agora, aqui, do agradecimento mais profundo, que lhes confesso, pela generosa lembrança, e o gesto, de me haverem outorgado por decisão unânime da Casa, o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira, cujo nome bahiano pronuncio com imenso respeito e a gratidão de quem o acompanhou, à distancia, desde a adolescência, o pensamento e a lição sábia, generosa, democrática.



Muito obrigado, minhas queridas e meus queridos conterrâneos, especialmente, permitam-me ressaltar, como já mencionei, a senhora deputada Marizete Pereira, mulher valorosa, de ação política, autora da iniciativa, a quem sempre me ligaram os laços do mais alto apreço e admiração, e ao seu ilustre companheiro, nosso vice-governador Edmundo Pereira, e toda sua dileta família.

Esta Assembléia é o cenário das minhas primeiras e principais batalhas institucionais, no quase alvorecer da vida, no decênio dos meus vinte anos, armado da representação política do nosso povo e com os encargos do exercício de líder da maioria, no grande governo de Antonio Balbino, acreditando na conquista dos ideais e sonhos que me animavam e que, ainda agora, me encorajam a alma e me alimentam de energia, para o destino da construção lenta, difícil, perseverante da sociedade, democrática do nosso povo, na Bahia e no Brasil.

Sei que, hoje, significa o perfil de uma batalha seguramente mais larga, também e ainda sempre ousada e necessária. Sei que a dimensão do desafio ganhou espaços e profundidade infinitamente maiores, nestes nossos tempos contemporâneos de fragilização dos conceitos da democracia e da política, por toda parte, em todo o mundo, em nossa incapacidade de as tornarem acreditadas como o método, o caminho de assegurar a realização do bem-estar dos povos e das pessoas e a igualdade de oportunidade da pessoa humana em seu processo de inadiável inclusão social, com a progressiva busca de democratização da igualdade de condições.

É claro que nunca acreditei que o desafio da conquista da democracia pudesse circunscrever-se à luta nos limites da nossa terra natal. Seguramente, aqui, por primeiro. Mas não bastaria travarmos, só na Bahia, tamanho combate.

Imaginei sempre que o campo da batalha seria o nacional, nele, o teatro das decisões, onde a luta haveria de tomar-se definitivamente vitoriosa e ganha.



A verdade, entretanto, é que, neste nosso tempo, já não mais é suficiente simplesmente vencermos os objetivos internos. É preciso ir adiante e nos fortalecermos a ponto de nos tornarmos influentes na evolução das relações econômicas, políticas e sociais do mundo. Portanto, exercer, na plenitude, o poder da soberania nacional e as prerrogativas da independência política nacional, para influenciar o rumo da convivência das nações, proteger e acautelar os interesses dos povos e das nações emergentes e ainda as não incluídas na civilização do nosso tempo.

O mundo mudou. O planeta ficou pequeno. Hoje somos todos cidadãos e habitantes de uma só aldeia, que não conseguiu organizar a convivência institucional e humana de todas as nações de forma respeitosa e equânime. A Instituição que é representativa, para nós, de todos os interesses internacionais e disciplinadora das relações de coexistência pacífica, a ONU, a Organização das Nações Unidas criada durante a 2ª Guerra Mundial, para o destino de assegurar a paz universal e o justo desenvolvimento de cada um e do conjunto dos países, infelizmente vem se apequenando e perdendo a condição de garantidora do equilíbrio da convivência e do progresso possível, político, econômico e social, de cada um e da Humanidade inteira.

A ONU – “As Nações Unidas” é uma instituição que nos é Indispensável, e ao planeta, ameaçada de perder a condição de realizar sua alta missão, para a qual foi concebida, com tarefas importantes, intransferíveis, fundamentais, ao objetivo da manutenção da paz universal. Essa ameaça paira, perigosamente, sobre nossas cabeças, advertindo-nos de preocupação e requerendo às nações cautela e preparação para o enfrentamento de possíveis abusos de poder, arbítrio ou prepotência.

A revolução científica e tecnológica, que reduziu distâncias, encolheu separações geográficas, e informa, de tudo, todos os donos do poder, não está submetida às normas éticas da convivência pacífica. O mundo ficou mais assimétrico, inclusive no plano do exercício da soberania das nações, em relação ao período anterior à 2ª Guerra Mundial. Os compromissos



assumidos de redução de estoques de armamentos e de destruição dos arsenais bélicos de ogivas atômicas não foram respeitados pelas nações poderosas. Inclusive para eventuais conflitos de terra, no mar e no ar, e a perigosa ameaça no campo da guerra química.

A Política internacional ressentir-se dessas inseguranças, e a Política interna nacional, quase por toda parte, se amesquinha na incapacidade de tornar-se o instrumento eficaz da construção da Democracia. Só o Estado Democrático o será. Haverá de sê-lo, pela natureza íntima de sua longa e singular caminhada na História dos povos, despojado de certezas absolutas e intolerantes, armado do amor às liberdades e à solidariedade social e, por isso mesmo, determinando a praticar o reformismo transformador, que o humanismo lhe inspira, para produzir, pacificamente, irrenunciavelmente, palmo a palmo, a mudança necessária das relações políticas, sociais, econômicas, jurídicas, culturais, no mundo contemporâneo. E este movimento da sociedade incoercível tantas vezes negado e sobrevivente, sempre, é esta força presente e difusa na sociedade, que construirá o desenvolvimento e a inclusão social dos povos, a harmonia entre o discurso acadêmico dos princípios proclamados e a realidade cotidiana da vida das pessoas, vivendo suas angústias e sofrimentos, ou sua solidão e seus medos, na sociedade moderna, por toda parte, ainda tão injusta e tão indecente.

Só a Democracia será a revolução. Somente ela será capaz da façanha, que é do seu dever, de proclamar o fim da predominância da retórica, do caráter simplesmente declaratório, dos grandes princípios constitucionais, de conteúdo irresponsavelmente formal, negado pelo retrato das realidades urbana e rural, portanto quase cínico, por toda parte, no planeta, e submisso aos diversos e sucessivos tipos de donos do poder.

De onde provêm essas figuras, na história da civilização humana, senão do absolutismo opressor, ancorado na manipulação casuísta e embusteira da teoria do direito divino dos reis; e mais os que ocupam e atravessam espaços vulneráveis, ostentando as concepções oligárquicas do poder na utilização de todas as formas de violências e assalto, pelo coronelismo, o paternalismo, o clientelismo, a corrupção, a chantagem, a intimidação, a



crueldade malvada que mantêm multidões de desafortunados e despossuídos, nos dias plenos de alvorada de afirmação da inteligência pelo avanço do convencimento e por isso mesmo de esperanças plenas neste começo do milênio.

A concepção de Estado democrático, sua implantação, seu êxito, sua universalização, como o grande instrumento da paz e da convivência dos povos, a lhe encaminharem os passos ordenadores e construtores do equilíbrio da vida no planeta está na dependência de um casamento corajoso com sua Ética de procedimentos, de intenção e de ação. Essa Ética exprime a própria legitimidade do exercício da democracia e a garantia permanente da fidelidade a esse grandioso compromisso, que preservará a civilização humana, inclusive sua perenidade e continuidade, tão perigosamente cercada de ameaças.

Os antigos nos ensinaram, os gregos com Aristóteles nos afirmaram que a Ética é indivisível; ela não se parte e reparte, ao sabor das conveniências, dos lugares, ou das situações.

A Democracia nasceu e se esboçou, para reorganizar o mundo, ainda na antiguidade; titubeante em práticas precárias, e repetindo erros insanos de experiências anteriores dos governos e do Estado. Na ágora ateniense onde os cidadãos discutiam e proclamavam suas leis, nela não entravam as pessoas que se tinham tornado escravas. A Democracia da Republica romana era uma cúpula privativa dos patrícios. Nela não se abrigavam, não tinha voz os escravos, nem os pobres. A partir da queda do Império Romano do oriente, quando cai Constantinopla, no séc. IV de nossa era, o mundo, então, inicia os 1.000 anos de silêncio que compõem a opacidade sombria e opressora da civilização medieval. A idéia democrática ressurgiu, verdadeiramente, já depois do renascimento, esplendoroso nas Artes, e depois das novas descobertas marítimas dos navegadores, oriundos do Mediterrâneo e de Portugal, audaciosos, beneficiados pelos primeiros sinais do despertar da ciência, na astronomia e na matemática.

A rigor é somente, já nos séculos XVII e XVIII, com ingleses, na Ilha, vivendo os conflitos do Parlamento com o Rei, construindo o Império, que vão se processar as lutas



organizadoras da quebra do absolutismo monárquico e surgindo as primeiras declarações dos direitos pessoais, com o seu Bill of Rights que, entre outras conquistas, faz nascer o *habeas corpus*. E a Revolução Francesa no séc. XVIII, com o povo tomando a Bastilha, faz nascer a Declaração dos Direitos do Homem, precedida, de pouco tempo, da Declaração de Filadélfia, no instante da independência dos EEUU.

Esses primeiros passos, que marcam, no mundo, o surgimento do respeito à liberdade das pessoas, dão-se, de um lado, em sociedades europeias que conviviam e usufruíam das relações escravocratas na prática do seu colonialismo além-mar, e nos Estados Unidos da América, que instituíram sua República e a chamaram de Democracia, admitindo nas relações internas a opressão discriminatória da escravidão. Irá ser necessário, quase um século depois, que o gênio político de Abraão Lincoln enfrente e vença uma guerra interna, longa e cruenta, nos meados do séc. XIX, em nome da União, mas, no fundo, também, para a emancipação dos escravos, e aí resgatar a nódoa feia, infamante, que se havia impingido à face da Declaração de Filadélfia, que proclamava o nascimento da nova República, para o conhecimento do mundo, anunciando-a como o Pacto onde todos os homens nascem iguais... mas nele, em seguida no interior de suas ordem legal, multiplicam-se os milhares e milhões de homens e mulheres submetidos à escravidão.

No final da guerra, pouco antes da vitória total, travou-se em Gettysburg, então uma pequena localidade, a batalha decisiva, com milhares de mortos, ganha pelas forças da União, e Lincoln aí comparece, a cavalo, acompanhado de muitos governadores e influentes lideranças, para a homenagem de consagrar um cemitério nacional de soldados, em Gettysburg. Ele pronuncia o discurso célebre da Historia da Democracia, em 3 minutos, depois de ouvir falar o orador oficial, alta personalidade do mundo intelectual e político da jovem nação, por mais 1 hora e 40 minutos. E enunciou, nele, o conceito da Democracia que conquistou o mundo.

Lembrou, inicialmente, as origens: "Há 87 anos nossos pais criaram neste continente uma nova Nação, concebida na liberdade e dedicada à proposição de que todos os homens são



criados iguais"... "Reunimo-nos em um grande campo de batalha desta guerra"... "para consagrar uma porção dele, como lugar do derradeiro descanso daqueles que deram sua vida para que esta nação possa viver"... "O mundo não recordará por muito tempo o que aqui dissermos, mas não esquecerá nunca o que aqui fizeram esses homens". E termina: "Estes mortos não morreram em vão; esta Nação terá, sob a proteção de Deus, um renascimento da liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo *não desaparecerá da terra.*"

Essa é a definição que marca o processo da consolidação e da consciência da democracia lá atrás, para um homem que veio das camadas mais humildes da sociedade norte-americana.

(Lê) "Lincoln verdadeiramente não nos dá, nos meados do séc. XIX, apenas uma definição magistral da Democracia, quase no seu nascedouro, tão tenra ainda, simples e singela, que passou a ocupar os espaços por toda parte da literatura política desde então. Creio que nos deu alguma coisa mais profunda, mais eficaz, permanente, deu-nos um conceito de Ética, na substância de sua concepção e destinação universais, para servir à humanidade, e para garantir-nos uma tábua de sobrevivência do ser humano e do planeta. Desde que os homens nascem iguais, ou como nós cristãos dizemos, "somos todos filhos de Deus", então é incontestável, no plano das relações políticas, que do conceito resulta a convicção plena dos direitos do homem à liberdade, às igualdades, à fraternidade, que o século XVIII proclamou. Os valores da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da natureza da sociedade livre, justa e solidária, lá estão consagrados como a essência de uma Ética que deve presidir-nos o comportamento, os procedimentos."

Se todos nascemos iguais, todos somos dignos da liberdade, da igualdade, da fraternidade.

(Lê) "*Desaparecem as duvidas sobre o posicionamento político dos cidadãos. - Os valores fundamentais da Democracia não são iguais aos da aristocracia, da monarquia, da oligarquia, das ditaduras, do coronelismo, do patrimonialismo, do clientelismo.*



As diferenças se tornam afirmadas. E a Ética da Democracia é excludente de atitudes e posicionamentos que ferem a política de desenvolvimento econômico e humano, do bem-estar social, da educação pública, da saúde para todos, dos investimentos prioritários nas áreas que reduzem o sofrimento, a sobrevivência dos mais despossuídos, dos desprotegidos da fortuna, e a preservação do meio ambiente do planeta.

Como na Democracia todo o poder emana do povo, a legislação da aplicação do dinheiro público, no controle dos gastos, do destino efetivo dos tributos, realiza-se também para o estímulo à economia que viabilize e anime as iniciativas de novos projetos para o desenvolvimento econômico e paralelamente a valorização da vida, do trabalho, do valor da mão de obra, da expansão do mercado que se expande para trabalhadores de todos os setores, da educação, da saúde, do saneamento, da cultura popular.

A Democracia é a liberdade e é a inclusão social, com o desenvolvimento humano e o amor ao planeta, que é a nossa casa.

A Democracia fim da exclusão do ser humano, de sua fome, do abandono. Ela quer as necessidades existenciais atendidas, a saúde da população protegida.

A segurança alimentar efetiva. Fome zero. Transparência ampla, completa, no controle do dinheiro público. Publicidade, impessoalidade, moralidade, legalidade, na gestão pública. Nenhuma transigência com a corrupção.

A Democracia tem lado na civilização humana.

O Estado Democrático é o seu instrumento de ação e realização apoiado na execução dos seus princípios e valores éticos.

Nossa batalha pela Democracia, na geração atual, é a de continuar os sonhos dos que no passado acreditamos e lutamos no Brasil, nascido nesta nossa terra bahiana, e consolidado na bravura dos nossos heróis do 02 de Julho, que lhe mantiveram a integridade territorial e,



por isso, a admissão continental dos nossos dias.” Essa dimensão que é verdadeiramente singular, porque são muito poucos os países que têm hoje a dimensão continental do Brasil.

“(Lê) Neste início de milênio somos uma nação de quase duzentos milhões de brasileiros. Éramos menos de vinte milhões no início do século XX.

Ricos da riqueza do mundo; da sua terra arável imensa, capaz de produzir para a vida de 600 milhões de pessoas;” É a nossa capacidade agrícola. Rica “dos seus minérios; da sua biodiversidade; das suas reservas de água potável; da extensão da sua presença no Atlântico Sul e a disponibilidade rica dos seus mares e rios; das suas fronteiras terrestres com dez países irmãos, em paz, há mais de século na convivência fraterna na América do Sul.

Somos uma nação de povo trabalhador, de capacidade tecnológica crescente, de competência gerencial e empresarial inequívoca. Somos uma grande nação que nasceu para ajudar a construir a convivência do planeta e a dignidade de toda a humanidade.

Nossa auto-estima é crescente.” O presidente Lula que nos diga. “Estamos já sendo uma referência da Democracia mundial.

Queremos todo o nosso povo livre e acolhido. A ciência, a tecnologia, a inteligência produzindo para o bem-estar de todos. Uns com mais, outros com menos, segundo a capacidade e as necessidades, sempre, de cada um. Livres do medo e da fome.

Não mais toleraremos os conchavos submissos.

Uma Nação exemplar de Democracia, de Ética, de Solidariedade. Nosso País.”

Muito obrigado. (Palmas!)

(Foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp.07/08/08

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar as presenças dos Srs. Deputados Aderbal Fulco Caldas, Leur Lomanto e Zé Neto e das Sr^{as} Deputadas Virgínia Hagge e Fátima Nunes, além do presidente da Embasa, Dr. Abelardo, de Magno Burgos, do coronel Expedito, chefe da Casa Militar, da vereadora Aladilce, do ex-vereador João Dantas e do jurista Dr. Pinho Pedreira.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis e militares, dos vereadores, das lideranças, dos amigos e familiares do homenageado, dos Srs. Deputados, das Sr^{as} Deputadas e da imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão.